









**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SEGEPI/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO PESSOAL**

Brasília (DF), ..... de ..... de .....  
.....º da República e .....º de Brasília

**ANEXO ÚNICO**

**TABELAS DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS, DOS CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

***Vigência: 1º de junho de 2024***

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO				
Classe	Padrão	Vencimento	GACE	TOTAL
A	I	R\$ 20.566,52	R\$ 617,00	R\$ 21.183,51
	II	R\$ 21.080,68	R\$ 632,42	R\$ 21.713,10
	III	R\$ 21.607,70	R\$ 648,23	R\$ 22.255,93
	IV	R\$ 22.147,89	R\$ 664,44	R\$ 22.812,33
	V	R\$ 22.701,59	R\$ 681,05	R\$ 23.382,64
	VI	R\$ 23.269,12	R\$ 698,07	R\$ 23.967,20
B	I	R\$ 24.199,89	R\$ 726,00	R\$ 24.925,88
	II	R\$ 24.804,89	R\$ 744,15	R\$ 25.549,03
	III	R\$ 25.425,00	R\$ 762,75	R\$ 26.187,75
	IV	R\$ 26.060,63	R\$ 781,82	R\$ 26.842,45
	V	R\$ 26.712,15	R\$ 801,36	R\$ 27.513,51
	VI	R\$ 27.379,95	R\$ 821,40	R\$ 28.201,35
C	I	R\$ 28.475,15	R\$ 854,25	R\$ 29.329,40
	II	R\$ 29.187,03	R\$ 875,61	R\$ 30.062,64
	III	R\$ 29.916,71	R\$ 897,50	R\$ 30.814,21
	IV	R\$ 30.664,62	R\$ 919,94	R\$ 31.584,56
	V	R\$ 31.431,24	R\$ 942,94	R\$ 32.374,17
	VI	R\$ 32.217,01	R\$ 966,51	R\$ 33.183,52
Especial	I	R\$ 33.505,69	R\$ 1.005,17	R\$ 34.510,86
	II	R\$ 34.343,33	R\$ 1.030,30	R\$ 35.373,63
	III	R\$ 35.201,91	R\$ 1.056,06	R\$ 36.257,97
	IV	R\$ 36.081,96	R\$ 1.082,46	R\$ 37.164,42
	V	R\$ 36.984,00	R\$ 1.109,52	R\$ 38.093,52
	VI	R\$ 37.908,60	R\$ 1.137,26	R\$ 39.045,86



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SEGEPI/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO PESSOAL**

Analista Administrativo de Controle Externo				
Classe	Padrão	Vencimento	GACE	TOTAL
A	21	R\$ 13.793,80	R\$ 413,81	R\$ 14.207,61
	22	R\$ 14.138,64	R\$ 424,16	R\$ 14.562,80
	23	R\$ 14.492,10	R\$ 434,76	R\$ 14.926,86
	24	R\$ 14.854,40	R\$ 445,63	R\$ 15.300,03
	25	R\$ 15.225,77	R\$ 456,77	R\$ 15.682,54
	26	R\$ 15.606,41	R\$ 468,19	R\$ 16.074,60
B	27	R\$ 16.230,67	R\$ 486,92	R\$ 16.717,59
	28	R\$ 16.636,43	R\$ 499,09	R\$ 17.135,52
	29	R\$ 17.052,35	R\$ 511,57	R\$ 17.563,92
	30	R\$ 17.478,66	R\$ 524,36	R\$ 18.003,02
	31	R\$ 17.915,63	R\$ 537,47	R\$ 18.453,09
	32	R\$ 18.363,51	R\$ 550,91	R\$ 18.914,42
C	33	R\$ 19.098,05	R\$ 572,94	R\$ 19.670,99
	34	R\$ 19.575,51	R\$ 587,27	R\$ 20.162,77
	35	R\$ 20.064,89	R\$ 601,95	R\$ 20.666,84
	36	R\$ 20.566,52	R\$ 617,00	R\$ 21.183,51
	37	R\$ 21.080,68	R\$ 632,42	R\$ 21.713,10
	38	R\$ 21.607,70	R\$ 648,23	R\$ 22.255,93
Especial	39	R\$ 22.472,01	R\$ 674,16	R\$ 23.146,17
	40	R\$ 23.033,81	R\$ 691,01	R\$ 23.724,82
	41	R\$ 23.609,65	R\$ 708,29	R\$ 24.317,94
	42	R\$ 24.199,89	R\$ 726,00	R\$ 24.925,88
	43	R\$ 24.804,89	R\$ 744,15	R\$ 25.549,03
	44	R\$ 25.425,00	R\$ 762,75	R\$ 26.187,75



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SEGE/SEVIÇO DE LEGISLAÇÃO PESSOAL**

<b>Técnico Administrativo de Controle Externo</b> <b>(cargo em extinção)</b>				
<b>Classe</b>	<b>Padrão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>GACE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>A</b>	<b>2</b>	R\$ 9.251,38	R\$ 277,54	R\$ 9.528,92
	<b>3</b>	R\$ 9.482,67	R\$ 284,48	R\$ 9.767,15
	<b>4</b>	R\$ 9.719,73	R\$ 291,59	R\$ 10.011,33
	<b>5</b>	R\$ 9.962,73	R\$ 298,88	R\$ 10.261,61
	<b>6</b>	R\$ 10.211,80	R\$ 306,35	R\$ 10.518,15
	<b>7</b>	R\$ 10.467,09	R\$ 314,01	R\$ 10.781,11
<b>B</b>	<b>8</b>	R\$ 10.885,78	R\$ 326,57	R\$ 11.212,35
	<b>9</b>	R\$ 11.157,93	R\$ 334,74	R\$ 11.492,67
	<b>10</b>	R\$ 11.436,88	R\$ 343,11	R\$ 11.779,99
	<b>11</b>	R\$ 11.722,81	R\$ 351,68	R\$ 12.074,49
	<b>12</b>	R\$ 12.015,87	R\$ 360,48	R\$ 12.376,35
	<b>13</b>	R\$ 12.316,27	R\$ 369,49	R\$ 12.685,76
<b>C</b>	<b>14</b>	R\$ 12.808,92	R\$ 384,27	R\$ 13.193,19
	<b>15</b>	R\$ 13.129,14	R\$ 393,87	R\$ 13.523,01
	<b>16</b>	R\$ 13.457,37	R\$ 403,72	R\$ 13.861,09
	<b>17</b>	R\$ 13.793,80	R\$ 413,81	R\$ 14.207,61
	<b>18</b>	R\$ 14.138,64	R\$ 424,16	R\$ 14.562,80
	<b>19</b>	R\$ 14.492,10	R\$ 434,76	R\$ 14.926,86
<b>Especial</b>	<b>20</b>	R\$ 15.071,78	R\$ 452,15	R\$ 15.523,94
	<b>21</b>	R\$ 15.448,58	R\$ 463,46	R\$ 15.912,03
	<b>22</b>	R\$ 15.834,79	R\$ 475,04	R\$ 16.309,83
	<b>23</b>	R\$ 16.230,66	R\$ 486,92	R\$ 16.717,58
	<b>24</b>	R\$ 16.636,42	R\$ 499,09	R\$ 17.135,51
	<b>25</b>	R\$ 17.052,34	R\$ 511,57	R\$ 17.563,91



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO PESSOAL**

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL E CARGOS EM COMISSÃO			
NÍVEL	Vencimento Básico	Representação Mensal	Remuneração
CNE 2	R\$ 7.252,12	R\$ 19.699,10	R\$ 26.951,22
CNE 1	R\$ 6.521,53	R\$ 17.714,53	R\$ 24.236,06
CC-6	R\$ 4.572,10	R\$ 12.859,81	R\$ 17.431,91
CC-5	R\$ 4.124,31	R\$ 11.564,44	R\$ 15.688,75
CC-4	R\$ 3.117,03	R\$ 9.590,82	R\$ 12.707,85
CC-3	R\$ 2.812,19	R\$ 8.624,89	R\$ 11.437,08
CC-2	R\$ 2.235,28	R\$ 7.028,78	R\$ 9.264,06
CC-1	R\$ 1.728,15	R\$ 5.420,05	R\$ 7.148,20

Funções de Confiança	
FC-3	R\$ 5.135,78
FC-2	R\$ 3.743,87
FC-1	R\$ 2.729,35







**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SEGEF/SERVIÇO DE LEGISLAÇÃO PESSOAL

Várias outras carreiras da administração pública distrital dispõem de legislação própria acerca da concessão da indenização de transporte para cargos cujas atribuições exigem o desempenho das atividades fora do local de trabalho pelo servidor, a exemplo das Leis nº 4.717, de 27 de dezembro de 2011 (art. 11), nº 5.175, de 19 de setembro de 2013 (art. 7º) e nº 5.237, de 16 de dezembro de 2013 (art. 22) e da Lei Complementar nº 681, de 16 de janeiro de 2003 (art. 14). Também podem ser citados os seguintes atos de carga normativa secundária que tratam do assunto de forma esparsa: Portaria-SEEC/DF nº 149, de 28 de maio de 2021; Portaria-DF Legal nº 50, de 30 de junho de 2022; Portaria-SEEC/DF nº 79, de 23 de fevereiro de 2022; Portaria Conjunta-Seplag/CGDF nº 5, de 20 de janeiro de 2023; Decreto nº 35.421, de 14 de maio de 2014; Decreto nº 43.138, de 24 de março de 2022; Decreto nº 31.860, de 30 de junho de 2010; e Decreto nº 31.861, de 1º de julho de 2010.

No âmbito da ADI 0703451-88.2021.8.07.0000, por meio do Acórdão nº 1403295, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF – declarou constitucional o art. 14 da Lei Complementar nº 681/03, de modo que é possível, de acordo com o e. Tribunal, o pagamento da indenização de transporte em valor mensal previamente estimado e sem a exigência de comprovação dos deslocamentos.

No mesmo ensejo, a recomposição parcial da corrosão do valor monetário dos salários é direito subjetivo assegurado pela Constituição Federal e deve ser aplicada igualmente aos servidores do mesmo poder. Assim, o Projeto de Lei anexo também tem por escopo a recomposição parcial dos efeitos inflacionários que se abateram sobre a economia do país.

A medida ora proposta se afigura necessária para o fim de valorizar e reter profissionais de alto nível de qualificação, compatíveis com a natureza e o grau de complexidade das atribuições das carreiras, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39, § 1º, da Constituição Federal, bem como com a política de recursos humanos exposta por esta Casa, a qual tem por escopo permanente a construção de um serviço público profissionalizado e eficiente.

Por fim, declaramos que a despesa prevista na execução desta proposição encontra-se em conformidade com os instrumentos orçamentário-financeiros em vigor e obedece aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, comportando a aplicação dos percentuais de revisão ora propostos.

Pelo exposto, submetemos à apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, solicitando sua aprovação.